



APENSADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:
(DO SR. RICARDO FERRAÇO)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Acrescenta parágrafo ao art. 9º da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e revoga o art. 18 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

DESPACHO:
13/03/2002 (INICIAL: APENSE-SE AO PL-5654/1990.)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 03/10/02

REGIME DE TRAMITAÇÃO
PRIORIDADE

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI
N.º 5.980, DE 2001
(Do Sr. Ricardo Ferraço)

Acrescenta parágrafo ao art. 9º da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e revoga o art. 18 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

(INICIAL: APENSE-SE AO PL-5654/1990.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta parágrafo ao art. 9º da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e revoga o art. 18 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

Art. 2º O art. 9º da Lei nº 9.504, de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se para § 2º seu atual parágrafo único:

“Art. 9º

§ 1º Os prazos de que trata o caput aplicam-se também aos que exerceram cargos em virtude dos quais foi-lhes vedado dedicar-se a atividade político-partidária.

.....” (NR)

Art. 3º Fica revogado o art. 18 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



1EB9295B42



JUSTIFICAÇÃO

O objetivo do projeto de lei que ora submetemos à consideração dos nossos Pares é deixar claro, na lei, que o prazo de filiação partidária para candidatura a cargo eletivo – erigido em condição de elegibilidade – **é igual para todos.**

À primeira vista parece tratar-se de uma obviedade que não seria cabível em texto legal, mormente diante da regra constitucional da isonomia.

Ocorre que assim não tem entendido a mais alta Corte da Justiça Eleitoral, a qual, considerando o que vê como situação desigual dos magistrados, impedidos pela Lei Maior de exercer atividade político-partidária, dá-lhes tratamento privilegiado, excluindo-os, por uma construção jurídica a nosso ver inadequada, da incidência da norma legal que exige um ano de filiação partidária como condição para a candidatura a cargos eletivos.

Temos que a *ratio* da proibição constitucional de que os magistrados exerçam atividade político-partidária reside na independência que se pretende dos julgadores diante de pressões partidárias e deve ser levada até às últimas conseqüências, de modo que suas decisões não venham a ser influenciadas por futuras pretensões eleitorais.

De outra face, temos ainda a considerar que o prazo de filiação partidária exigido pela lei tem sua razão de ser nos laços que devem existir entre o filiado e o partido. Não se justifica, desse modo, que seja abreviado o tempo de filiação de determinada categoria, sob quaisquer pretextos, dando-se-lhes tratamento diferenciado.

Por considerarmos que a proposição que apresentamos aperfeiçoa a legislação pátria, pedimos o apoio desta Casa para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de 18/12 de 2001.

Deputado RICARDO FERRAÇO



LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.

ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES.

DAS CONVENÇÕES PARA A ESCOLHA DE CANDIDATOS

Art. 9º Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo.

Parágrafo único. Havendo fusão ou incorporação de partidos após o prazo estipulado no "caput", será considerada, para efeito de filiação partidária, a data de filiação do candidato ao partido de origem.

DO REGISTRO DE CANDIDATOS

Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.

§ 1º No caso de coligação para as eleições proporcionais, independentemente do número de partidos que a integrem, poderão se registrados candidatos até o dobro do número de lugares a preencher.

§ 2º Nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder de vinte, cada partido poderá registrar candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual ou Distrital até o dobro das respectivas vagas; havendo coligação, estes números poderão ser acrescidos de até mais cinquenta por cento.

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo.

§ 4º Em todos os cálculos, será sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

§ 5º No caso de as convenções para a escolha de candidatos não indicarem o número máximo de candidatos previsto no "caput" e nos §§ 1º e 2º deste artigo, os órgãos de direção dos partidos respectivos poderão preencher as vagas remanescentes até sessenta dias antes do pleito.



LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995.

DISPÕE SOBRE PARTIDOS POLÍTICOS,
REGULAMENTA OS ARTIGOS 17 E 14, § 3º,
INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

.....

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

.....

CAPÍTULO IV
DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

.....

Art. 18. Para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao
respectivo partido pelo menos um ano antes da data fixada para as eleições,
majoritárias ou proporcionais.

.....

.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 5980/01

Apense-se ao PL 5654/90.
(Prioridade - Art. 151, II, "a", RICD)

Em 13/03/02


AÉCIO NEVES
Presidente



Documento : PL.059802001 - 1